

## Impactos da disputa geopolítica entre as grandes potências no Sul Global: desestabilização e (des)integração sul-americana

Impacts of the geopolitical dispute between the great powers in the Global South: South American destabilization and (dis)integration

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113748>

Ana Karolína Morais da Silva

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz de Iguaçu, Brasil

[ana.morais@aluno.unila.edu.br](mailto:ana.morais@aluno.unila.edu.br)  

Jéssica Maria Grassi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

[jessica.grassi@posgrad.ufsc.br](mailto:jessica.grassi@posgrad.ufsc.br)  

### Resumo

A ascensão de China e Rússia como grandes polos de poder mundial tem provocado a intensificação da disputa geopolítica entre as duas potências euroasiáticas com os Estados Unidos. Esses países têm buscado alargar sua projeção de poder em diversas áreas do globo, com destaque para o Sul Global, tornando a América do Sul em uma das regiões disputadas como zona de influência. Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar o cenário de desestabilização regional e a (des)integração sul-americana a partir da perspectiva sistêmica da competição geopolítica entre as grandes potências mundiais na região. Parte-se de uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, apoiando-se nos aportes da geopolítica e do conceito de balanceamento de poder, empregando como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica. Observou-se a existência de um “efeito cascata”, em que as disputas das grandes potências têm aprofundado a polarização política na América do Sul, a qual, por consequência, ocasionou o atrofimento das instituições regionais de integração. Assim, a atual conjuntura regional se desenhou, em grande medida, devido ao novo padrão das relações entre os novos governos sul-americanos e Washington.

**Palavras-chave:** América do Sul; Integração Regional; Polarização;

### Abstract

The rise of China and Russia as world power major poles has provoked an intensification of the geopolitical dispute between the two Eurasian powers with the United States. These countries have sought to expand their power projection in several areas of the globe, with emphasis on the Global South, making South America one of the disputed regions as a zone of influence. In this sense, the objective of the article is to analyze the scenario of South American regional destabilization and (dis)integration from the systemic perspective of geopolitical competition between the major world powers in the region. A qualitative, descriptive and analytical approach is applied, based on contributions from geopolitics and the concept of power balancing, using bibliographic review as a research technique. The existence of a “cascade effect” was observed, in which the disputes of the great powers have deepened the political polarization in South America, which, consequently, caused the stunting of the integration institutions. Thus, the current regional conjuncture was designed, in large part, due to the new pattern of relations between the new South American governments and Washington.

**Keywords:** South America; Regional Integration; Polarization;

Recebido: 03 maio 2021

Aceito: 09 setembro 2021

---

*O artigo parte de uma pesquisa mais ampla que está sendo desenvolvida pela autora principal. A pesquisa é financiada pelo Programa Demanda Social de Bolsas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).*

---

*Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse*



## Introdução

O século XXI possui, como tendência sistêmica internacional, a intensificação da disputa entre potências como Estados Unidos, Rússia e China. Como consequência, esses países têm aumentado sua presença geopolítica em seus entornos geográficos imediatos, de modo a assegurar essas zonas sob sua influência direta, ao mesmo tempo em que buscam expandir essa influência também em outras regiões. Nesse sentido, a América do Sul enfrenta os efeitos desestabilizadores pela sua proximidade, não só geográfica, mas histórica e geopolítica, com os Estados Unidos, os quais têm gerado novos e maiores desafios em termos de desenvolvimento e autonomia regional.

Levando em consideração a tendência sistêmica de aprofundamento da competição geopolítica, buscaremos analisar os impactos que essa possui sobre o cenário regional sul-americano e o projeto integracionista da América do Sul. Tendo isso em vista, a pergunta de partida para o desenvolvimento deste artigo é: de que forma a disputa geopolítica entre as três grandes potências impacta o cenário sul-americano e os projetos de integração da região? Parte-se da hipótese de que o acirramento das disputas geopolíticas entre as grandes potências é um processo que tem contribuído, indiretamente, para o atrofiamiento dos processos de integração regional, uma vez que tem agravado a polarização política na América do Sul.

Malamud (2020) aponta três níveis para as causas que levam a um processo de desintegração regional, sendo a análise empírica necessária para identificar qual é o mais relevante em cada caso. São esses: 1) nível global, pela mudança do contexto político mundial; 2) regional, quando algo funciona mal dentro da região; 3) nacional, quando mudam as preferências dos Estados. Ressalta-se que não temos o objetivo de identificar qual fator é o mais relevante para entender o cenário regional, mas observar esse cenário a partir do recorte mencionado.

Para desenvolver este estudo, empregamos uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, utilizando como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica, com a consulta a artigos, livros, dissertações, teses, bem como notícias que versam sobre os temas do trabalho. Ademais, apoia-se nos aportes da geopolítica e no conceito de balanceamento de poder. Tal opção se deve ao fato de que, conforme Klieman (2015), as diversas áreas das relações internacionais têm sido impactadas por recentes mudanças de poder que ocorrem entre países industrializados e emergentes. Neste sentido, a conjuntura geopolítica sul-americana sofre os impactos das dinâmicas de rebalanceamento de poder que se desenvolvem tanto em nível mundial quanto em nível regional, elevando a relevância das regiões no processo de disputa entre as potências.

Dessa forma, a primeira seção destaca a crescente conflitividade das relações entre Estados Unidos, Rússia e China do ponto de vista da geopolítica e da concepção de balanceamento de poder. Na seção seguinte, discutimos os desdobramentos dessa disputa e a polarização política na América do Sul. Já na terceira seção, analisamos os efeitos dessa competição geopolítica global, e da consequente polarização política da região, sobre os dois principais projetos de cooperação e integração regionais, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ao passo que apontamos algumas das consequências atuais desse processo de enfraquecimento da estrutura institucional regional.

## A disputa geopolítica entre EUA, Rússia e China

Para realizar uma análise da disputa geopolítica em curso, cabe retomar a própria definição de geopolítica e sua contribuição para a compreensão do cenário internacional contemporâneo. A geopolítica, segundo Klieman (2015, p. 04, tradução nossa),

[...] pode ser definida como aquilo em que as Grandes Potências se engajam, o que praticam e no que são melhores. Variáveis originadas na geografia física, incluindo topografia, clima e demografia, ainda se traduzem em ativos ou passivos, aberturas ou restrições, para grandes potências emergentes,

estabelecidas ou decadentes, exatamente como na Era dos Impérios. Por último, a geopolítica fornece o contexto – a paisagem, o pano de fundo, a arena – na qual grandes competições de poder acontecem em qualquer dado momento.<sup>1</sup>

Portanto, a geopolítica, compreendida como um conjunto de capacidades geográficas que se desdobram em capacidades políticas, tem se relacionado com a disputa por poder em diversos períodos históricos, oferecendo o pano de fundo sobre o qual as disputas entre as grandes potências se desenrolam.

A gradativa difusão internacional de poder possibilitou a ascensão de potências emergentes, embora não tenha levado a uma reconfiguração de poder em nível estrutural que retire o *status* de superpotência dos Estados Unidos (EUA). Contudo, esse processo tem evidenciado a erosão da posição dominante das potências ocidentais, enquanto as potências emergentes têm um impacto cada vez mais significativo nas relações internacionais, o que afeta padrões de conflito e cooperação no sistema internacional (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016).

Assim, China e Rússia passaram a serem consideradas grandes potências mundiais, juntamente com os EUA.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, tem-se observado o acirramento da competição geopolítica entre os três países, que buscam ampliar continuamente suas zonas de influência – especialmente no Sul Global ou nos seus entornos geográficos imediatos – a fim de reduzir a influência de potências competidoras e assegurar a estabilidade de suas alianças (TEIXEIRA Jr., 2020).

O aumento da competitividade entre as grandes potências leva ao aumento das tensões e do risco de conflitos entre esse conjunto de países, bem como seu envolvimento direto ou indireto em confrontos periféricos. Como exemplos recentes, citam-se os conflitos da Ucrânia e Síria (envolvendo Rússia e EUA/União Europeia), as tensões entre os EUA e a China pelo equilíbrio de poder no Leste Asiático e, indiretamente, as divergências diante da Guerra do Iêmen, por exemplo (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016).

Como resultado, em seus documentos mais recentes de segurança e defesa as três grandes potências têm reforçado suas percepções de ameaça em relação umas às outras. A concorrência estratégica com Rússia e China é indicada como a principal preocupação de segurança da potência norte-americana, enquanto Rússia e China percebem os EUA e seus aliados (como a União Europeia e o Japão) como seus principais concorrentes (RUSSIA, 2014; CHINA, 2015; U.S.A., 2018).

Do mesmo modo, consideram o acirramento da disputa interestatal como a principal tendência do sistema internacional na contemporaneidade, o que, conseqüentemente, leva à ameaça constante de guerras, conflitos e crises interestatais e inter-regionais. Destarte, as três potências vêm empreendendo a modernização de suas forças militares e de suas principais capacidades, desde seus equipamentos até seus conceitos operacionais (RUSSIA, 2014; CHINA, 2015; U.S.A., 2018).

Assim, a intensificação da disputa entre as grandes potências leva a um processo de balanceamento de poder, o qual é inerente à busca desses países por interesses rivais. Esse processo ocorre em nível mundial e, principalmente, em nível regional, sendo, nesse sentido, importante considerar os mecanismos que as potências empregam para balancear o poder umas das outras. Sob essa perspectiva, as regiões são cada vez mais centrais nessas rivalidades, uma vez que o exercício da influência geopolítica sobre determinadas regiões é um mecanismo fundamental para uma potência acumular vantagens em termos de poder (KLIEMAN, 2015).

Em diversas regiões, a disputa geopolítica entre as grandes potências tem gerado uma profunda polarização política, a qual pode ser considerada uma tendência global (CAROTHERS; O'DONOHUE, 2019). A polarização entre

<sup>1</sup> “[In short, geopolitics] may be defined as what Great Powers engage in, what they practice and what they are best at. Variables originating in physical geography, including topography, climate and demography, still translate either into assets or liabilities, openings or constraints, for rising, resident or receding great powers just as they did in the Age of Empire. Lastly, geopolitics provides the context—the landscape, the backdrop, the arena—in which great power contests take place at any given moment” (KLIEMAN, 2015, p. 4).

<sup>2</sup> Segundo o U.S. News & World Report (2021), no ranking de países mais poderosos estão Estados Unidos e China, na primeira e segunda posição, respectivamente, seguidos de Rússia, no terceiro lugar. O ranking se baseia em dados como liderança, influência econômica e política, alianças internacionais e forças armadas.

diferentes grupos políticos é considerada uma das principais razões para conflitos dentro e entre os Estados, além de um impedimento para o progresso político e social (ESTEBAN; SCHNEIDER, 2008). Segundo Svampa (2019), a tendência à polarização tem gerado oportunidades para a ascensão de governos populistas na América do Sul, ao passo que tem modificado a própria inserção internacional da região.

Essa conjuntura internacional, portanto, tem gerado desafios adicionais à resolução de conflitos no Sul Global, uma vez que as conflitualidades presentes em determinados contextos regionais têm sido utilizadas para a disputa por recursos e influência geopolítica entre EUA, Rússia e China (TROITSKIY, 2019). Em meio ao contexto de intensificação das disputas geopolíticas na atualidade, a capacidade de cooperação internacional de todos os países passa a ser fortemente condicionada pelas relações entre as grandes potências (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016).

Por fim, cabe mencionar que o ambiente regional latino-americano e caribenho, no qual a América do Sul se insere, está diretamente constrangido pela presença geopolítica dos EUA, que limita a ascensão de uma potência com prevalência regional. Tal presença estadunidense se justifica, pois, para se projetar globalmente com maior liberdade, a superpotência precisa assegurar que seu entorno regional se encontra “seguro e estável”, ou que seus “flancos geopolíticos estarão guarnecidos” (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 10). Nas próximas seções, discutiremos de forma mais detalhada quais são os efeitos dessa presença para a região, de forma geral, mas especialmente para o projeto integracionista sul-americano.

### **A América do Sul em meio à geopolítica das grandes potências**

Conforme discutido na seção anterior, a ascensão da China e da Rússia como polos de poder autônomos antagonísticos aos EUA intensificou as disputas geopolíticas no cenário internacional ao longo dos últimos anos. A multipolaridade assimétrica, desenhada a partir dessa conjuntura, coloca a América do Sul no centro das disputas entre as grandes potências. Atualmente, Moscou e Beijing antagonizam Washington em seus respectivos entornos geográficos, buscando a primazia regional tanto em termos de *hard* quanto *soft power*. Ao mesmo tempo, a potência norte-americana tem retomado sua estratégia de segurança hemisférica, a qual traz importantes desdobramentos para o bloco de países sul-americanos (TEIXEIRA Jr., 2020).

A China apresenta um crescente protagonismo como parceira econômica preferencial de diversos países da América do Sul, lugar até então ocupado pelos EUA – e, em menor medida, pela Europa (OURIQUES, 2015). Países como Venezuela, Brasil, Equador, Argentina e Bolívia, por exemplo, possuem compromissos financeiros com a China que somam um total maior que 133 bilhões de dólares (AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020). Particularmente, a China é o principal credor do Estado venezuelano, o qual possui uma das principais reservas de petróleo do mundo e abundantes reservas de minerais estratégicos (OURIQUES, 2015; GOZZER, 2019).

Assim, o país asiático busca consolidar suas fontes de fornecimento, sendo a América do Sul estratégica para seu acesso a *commodities* e insumos, essenciais para o abastecimento e crescimento chinês, além de se constituir em um importante mercado consumidor. Ademais, pretende estabelecer parcerias estratégicas e obter apoio em foros e instituições internacionais, utilizando ferramentas geoeconômicas, de comércio, crédito e investimentos, aprofundando seus vínculos na região e adquirindo maior espaço geopolítico (OURIQUES, 2015; SOUZA, 2015; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020; TEIXEIRA Jr., 2020).

A América do Sul é também uma peça importante no jogo geopolítico chinês em seu antagonismo com os Estados Unidos, apesar do perfil mais brando da estratégia chinesa em comparação com a russa (GUTIÉRREZ; CESARIN, 2015; TEIXEIRA Jr., 2020). Convergindo com essa asserção, Herrera (2017) conclui que as relações do país asiático possuem dois fundamentos estratégicos: um deles perpassa o pragmatismo da política externa chinesa e se vincula à diversificação de suas relações para obter os recursos necessários ao seu desenvolvimento, ou seja, reflete seus interesses econômicos e comerciais; e o outro é ancorado na sua estratégia de contrabalancear a hegemonia norte-americana, sendo a América Latina um fator estratégico nessa dinâmica geopolítica. Segundo o autor:

Nos últimos anos e como resultado dos aprendizados em sua “ascensão pacífica” para se tornar a primeira potência global em 2050, a República Popular da China (RPC) aprimorou sua estratégia de relações com o mundo e, portanto, com a América Latina. Isso se tem expressado, principalmente, na transição de uma consecução exclusiva de interesses primários (principalmente econômicos e de soberania) para uma relação mais complexa e madura (uma espécie de “associação”), equação que tende a combinar esse pragmatismo primário iniciado com a sua independência em 1949 com uma posição mais ativa e “responsável” na concepção e governança do cenário internacional, e cujo resultado se expressa em interações de benefícios “mútuos”, mas sempre ancoradas no sentido estratégico de seus interesses como potência ascendente [...]³ (HERREIRA, 2017, p. 190-191, tradução nossa).

Já a Rússia busca, de forma mais explícita, balancear o poder estadunidense na crise venezuelana, a qual tem sido um importante palco para a disputa geoestratégica entre as potências (TEIXEIRA Jr., 2020). Na relação entre Rússia e Venezuela, destacam-se acordos e investimentos na área militar e industrial, diversos contratos para importação de hidrocarbonetos venezuelanos, venda de armamentos e a crescente presença militar russa no território do país sul-americano (TASS, 2020).<sup>4</sup> Além da Venezuela, também se pode mencionar como importantes parceiros comerciais da Rússia na América do Sul o Brasil, a Bolívia e o Peru (AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020).

Nessa mesma direção, Farah e Reyes (2016) argumentam que a presença russa na América Latina é voltada para determinadas áreas estratégicas, visando desafiar diretamente os Estados Unidos em áreas onde o país ainda não havia enfrentado competição antes, como na venda de armamentos. Além de ser o principal fornecedor de material bélico para a Venezuela, a Rússia também tem vendido helicópteros, navios e aeronaves para países como Argentina e outros, bem como tem negociado armamentos com diversos países da América Central e Caribe. Ademais, o país tem buscado formas de adentrar o mercado financeiro da região através de bancos que foram sancionados após a anexação da Crimeia em 2014, e vem buscando, a partir de sua diplomacia, se apresentar como uma alternativa à presença estadunidense. Em grande medida, considera-se que a presença da Rússia na região é uma retaliação à presença estadunidense nas fronteiras russas, especialmente na Ucrânia.

Dessa forma, a crescente presença das potências euroasiáticas na América do Sul tem levado os Estados Unidos a retomarem sua preocupação pelo controle da sua zona de influência imediata. Apesar da relativa autonomia conquistada pela América do Sul durante os governos de Barack Obama<sup>5</sup>, os Estados Unidos já vinham empregando táticas de guerra híbrida para intervir na região de modo a difundir sua agenda de liberalização econômica, contrapor a expansão chinesa e a ascensão do Brasil e minar os projetos de integração regionais, entre outros objetivos (RODRIGUES, 2020). Tais ferramentas são definidas, em grande parte, pelo uso das novas tecnologias propiciadas pelo ciberespaço e operações psicológicas que usam mídias sociais e tradicionais para influenciar a percepção popular e a opinião internacional (VACZI, 2016).

Ademais, cabe frisar que a forte parceria estratégica entre Brasil e Argentina - desenvolvida desde meados de 1980 e intensificada durante os governos petistas e kirchneristas - e o trabalho conjunto em prol da integração regional, são compreendidos como uma potencial ameaça aos interesses da potência norte-americana na região (FRIEDMAN, 2012; GRASSI, 2019; RODRIGUES, 2020). Somados a isso, a crescente presença chinesa na região, a cooperação russo-venezuelana e a aproximação da Venezuela com o Irã são fatores que levaram, por exemplo, “à reativação da Quarta Frota

<sup>3</sup> “En los últimos años y producto de los aprendizajes en su “ascenso pacífico” para llegar a ser la primera potencia global el 2050, la República Popular China (RPCh) ha afinado su estrategia de relacionamiento con el mundo y, por lo mismo, con América Latina. Esto se ha expresado, en lo principal, en un tránsito desde una exclusiva consecución de intereses primarios (económicos y de soberanía principalmente) a una relación más compleja y madura (una suerte de “asociación”), ecuación que tiende a combinar este pragmatismo primario iniciado con su independencia en 1949 con una posición más activa y “responsable” en el diseño y gobernabilidad del escenario internacional, y cuyo resultado se expresa en interacciones de beneficios “mutuos” pero siempre anclados en el sentido estratégico de sus intereses como potencia en ascenso [...]” (HERREIRA, 2017, p. 190-191).

<sup>4</sup> Em contraponto, os EUA realizam uma massiva venda de armamentos à Colômbia, país latino-americano que mais importa armamentos proporcionalmente ao PIB, seguido da Venezuela (BOERSNER; HALUANI, 2011).

<sup>5</sup> Autonomia possível pela erosão da influência estadunidense na região - especialmente pelo enfraquecimento da unipolaridade em nível sistêmico e a reorganização da agenda da potência norte-americana pós-11 de Setembro -, mas também pela esforço político-institucional dos governos sul-americanos, que se aproveitaram da conjuntura regional e internacional para promover processos de cooperação e integração que visavam garantir maior agência regional.

do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira, considerada zona de risco terrorista” (RODRIGUES, 2020, p. 143).

Após a ascensão do governo de Donald Trump, em 2016, com a crise interna e a perda de influência internacional estadunidense, o país passou a empregar ações mais diretas na América do Sul, especialmente se analisado o contexto da crise venezuelana (AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020). Tal crise se desenrolou, principalmente, quando os EUA declararam ilegítima a reeleição de Nicolás Maduro, em 2018, e impuseram uma série de medidas econômicas contra a Venezuela – em contraponto ao apoio de países como Rússia, China e Cuba ao governo de Maduro. Além disso, o governo Trump declarou guerra contra o governo de Nicolás Maduro em uma lógica que, para alguns estudiosos, se assemelha ao período da Guerra Fria (LISSARDY, 2019; TEIXEIRA Jr. 2020). Essa situação acentuou a crise econômica no país, a qual desencadeou uma grave crise humanitária (BBC, 2019).

Além da importância da Venezuela em termos comerciais, militares e devido aos recursos estratégicos disponíveis no país, conforme já mencionado, importa ressaltar que a posição geoestratégica deste país o torna especialmente relevante na disputa entre as grandes potências, já que se encontra no norte da América do Sul e próximo ao Canal do Panamá, com acesso ao Mar do Caribe (TEIXEIRA Jr., 2020). Esses são alguns dos fatores que tornam tal país o ponto na região onde o conflito entre as grandes potências é mais intenso, principalmente entre Washington e Moscou, uma vez que, comparativamente, Beijing tem uma política menos combativa.

Partindo disso, Colômbia e Brasil, em alinhamento internacional aos EUA, têm criado fortes tensões com a Venezuela – no caso brasileiro, as tensões se iniciaram após a ascensão de Temer ao governo brasileiro e a subsequente criação do Grupo de Lima, acentuando-se com a chegada de Bolsonaro à presidência (ROSSI, 2019). O envio de ajuda humanitária para os venezuelanos residentes nas regiões fronteiriças - a qual seria composta por diversos países, mas liderada, essencialmente, pelos EUA - foi usada como justificativa, inclusive, para o aumento da militarização nas fronteiras dos três países, levando ao fechamento dessas fronteiras por parte do governo de Maduro (MANETTO, 2019; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a potência norte-americana tem retomado da sua agenda de segurança hemisférica proposta ao final dos anos de 1990<sup>6</sup> (OEA, 2000). Nesse contexto, ressalta-se o protagonismo estratégico do Chile e da Colômbia como governos pró-Washington na região. O primeiro destaca-se com suas significativas Forças Armadas e sua posição geopolítica bioceânica (VISENTINI, 2019).

A Colômbia, por sua vez, tem um longo histórico de cooperação com os Estados Unidos na priorização de agendas como o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, o que revela certa continuidade à agenda securitária proposta pelos EUA para a região após a Guerra Fria (VISENTINI, 2019). Ainda, em 2018, o país tornou-se o primeiro latino-americano a ser integrado como parceiro externo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além de ser incluído como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (JAEGER, 2019).

O Brasil, desde a ascensão do governo de Jair Bolsonaro, priorizou um alinhamento automático com os EUA do governo Trump, afastando o país dos principais projetos de cooperação e integração sul-americanos voltados à promoção da autonomia regional, ao mesmo tempo em que acatou de forma acrítica os posicionamentos internacionais estadunidenses. A partir disso, e de modo a contrapor o aumento das vendas de materiais bélicos russos e chineses na América Latina, os EUA designou o Brasil como um importante aliado externo da OTAN (*Major Non-NATO Ally* - MNNA), facilitando a esse país o acesso ao seu excedente militar e possibilitando a entrada da Base Industrial de Defesa brasileira no mercado norte-americano (TEIXEIRA Jr., 2020).

---

<sup>6</sup> Em 1999, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), os Estados Unidos defenderam que o sistema interamericano de segurança precisava se atualizar para combater as ameaças originadas na própria região, as quais só poderiam ser combatidas multilateralmente, especialmente por serem ameaças transnacionais de tipo não-convencional, como o terrorismo, o narcotráfico, os desastres naturais, os desastres ambientais, o crime organizado transnacional e a imigração ilegal (OEA, 2000).

Diante dessa mudança de paradigma na política externa brasileira, o governo Bolsonaro se desvinculou da prioridade dada ao Mercosul, à parceria estratégica histórica com a Argentina – parceria que adentrava as agendas políticas, econômicas, sociais e culturais dos países e que era apontada como o núcleo duro ou motor da integração sul-americana – e às relações com a América do Sul de modo geral (GRASSI, 2019; ARAÚJO; NEVES, 2021). Importa destacar que o Mercosul (e particularmente a Argentina) é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, configurando-se, portanto, como importante mercado na balança comercial do país (GRASSI, 2019).

Finalmente, cabe ressaltar que a geopolítica das grandes potências tem impactado diretamente as eleições sul-americanas nos últimos anos, as quais estiveram marcadas, por um lado, pela defesa da agenda de liberalização econômica, especialmente por meio de acordos bilaterais com as potências do Norte Global e, principalmente, do alinhamento com os Estados Unidos; e, por outro, a defesa do multilateralismo, de projetos nacionais mais autônomos, da aproximação com as potências emergentes e da Cooperação Sul-Sul (ZOVATTO, 2019; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020; RODRIGUES, 2020).

Como resultado, uma nova onda do neoliberalismo sul-americano tem levado a mudanças de governos em diversas partes da região<sup>7</sup>, enquanto a polarização política se desencadeia em crises e disputas políticas e econômicas em diversos países como Brasil, Chile, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Peru, Equador, Argentina e Colômbia, eclodindo em revoltas sociais em alguns casos, como no Chile em 2019 e na Colômbia em 2021 (ZOVATTO, 2019; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020; VALENCIA, 2021).

Sendo assim, a disputa geopolítica entre as grandes potências tem contribuído significativamente para o aprofundamento da polarização política em toda a América do Sul, pois: (I) ao competirem pelos mercados sul-americanos, as potências acirram as disputas entre diferentes grupos econômicos; (II) as tensões geradas pela crise venezuelana têm dividido os governos da região, intensificando as hostilidades entre esses. Na seção seguinte, discutiremos como esse cenário de desestabilização, a qual avaliamos como uma reverberação da competição sistêmica entre EUA, Rússia e China, tem impactado a integração regional sul-americana.

### **A integração sul-americana a partir de 2016**

No início do século XXI, o regionalismo sul-americano passou por um processo de renovação, tanto em razão de fenômenos e mudanças internas à região como de fatores sistêmicos. Podemos citar, em nível global, os entraves nas negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), as crises da política externa estadunidense e seu relativo afastamento em relação à América do Sul, além da emergência de novos polos de poder no sistema internacional (PORTALES, 2014; CARVALHO; CIMINI, 2019).

Além disso, é preciso pontuar que, principalmente na primeira década do século XXI, houve importantes convergências em termos de agendas regionais, proporcionadas pela ascensão de governos considerados progressistas nos países da América do Sul. Presenciou-se também uma evolução econômica favorável, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, o abandono das políticas de endividamento, bem como o estreitamento da parceria estratégica entre Brasil e Argentina (RAPOPORT, 2017; GRASSI, 2019).

<sup>7</sup> Na Argentina, Mauricio Macri governou entre 2015 e 2019. No Brasil, a ascensão de Michel Temer (2016-2018) ocorreu após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e, em seguida, em 2019, Jair Bolsonaro tomou posse. No Peru, Pedro Kuczynski (2016-2018) foi substituído por Martín Vizcarra (2018-2020), depois de um processo de *impeachment* e sua renúncia. Depois de Vizcarra ainda ascenderam Manuel Merino (2020) e Francisco Sagasti (2020-2021) e, atualmente, estão em curso as eleições no país. No Chile, tem-se a ascensão de Sebastián Piñera (2018); na Colômbia, Iván Duque (2018); no Paraguai, Mario Benítez (2018); no Uruguai, Luis Lacalle Pou (2020); e Guillermo Lasso aguarda a cerimônia de posse no Equador. Por outro lado, atualmente, na Argentina tem-se a presidência de Alberto Fernández (2019); na Bolívia, Luis Arce (2020); e, na Venezuela, Nicolás Maduro permanece no poder desde 2013.

Em meio a esse contexto, países da região passaram a defender cada vez mais o multilateralismo e a adotarem uma crescente busca por autonomia para sua inserção internacional e para as iniciativas de integração da região.<sup>8</sup> Nesse período, parte significativa dos governos sul-americanos passou a empregar projetos de cooperação no eixo sul-sul (PORTALES, 2014; CARVALHO; CIMINI, 2019).

Portanto, nesse período, os projetos de integração na América do Sul buscaram, de modo geral, tornar a região um bloco geopolítico mais autônomo, tornando possível aos países a resolução de problemas regionais a partir do diálogo conjunto e sem a necessidade de recorrer a organizações extrarregionais. Desse modo, tais projetos buscaram superar a lógica econômica-comercial, abrangendo diversas áreas de cooperação - dentre elas infraestrutura, energia, segurança e defesa, saúde, educação, migração, democracia e desenvolvimento socioeconômico (GRANATO, 2015; RAPOPORT, 2017; GRASSI, 2019; NOLTE, 2019; BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020; BRICEÑO-RUIZ, 2020).

Contudo, a dimensão externa, ou seja, as reações a influências e incentivos externos, é um fator que tem substancial influência em termos de avanços e retrocessos no regionalismo latino-americano (NOLTE, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020). Dessa forma, a conjuntura apresentada na seção anterior afetou drasticamente os rumos dos processos integracionistas na América do Sul. Isso pode ser observado especialmente a partir de 2016, com a crise do Mercosul, e a partir de 2017, com a crise da Unasul, ambas desencadeadas pela polarização dos países da região, tanto no interior de cada país quanto entre esses, a qual foi significativamente potencializada pela disputa na Venezuela, principal arena da competição geopolítica entre as grandes potências na América do Sul.

A polarização política da região se manifestou de forma contundente na crise do Mercosul em 2016, uma das mais complexas crises políticas desde a fundação do bloco. Após o Uruguai deixar a presidência pro tempore do bloco, correspondia a Venezuela assumir a sua condução; entretanto, Argentina, Brasil e Paraguai<sup>9</sup> denunciavam Caracas por descumprir os compromissos de adesão ao bloco - particularmente a cláusula democrática prevista no Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia, conhecido como Protocolo de Ushuaia II, assinado pelos países membros em 2011 -, razão pela qual passaram a considerar vaga a presidência do Mercosul e deixaram de reconhecer as ações e convocatórias realizadas pela Venezuela, o que levou a uma paralisia institucional do bloco (SABINO; ABIAD, 2016).

Atualmente, as difíceis relações estabelecidas entre o Brasil de Bolsonaro e a Argentina de Fernández têm dificultado o andamento das negociações no Mercosul. Ainda em 2019, durante o processo eleitoral argentino, Bolsonaro havia manifestado seu apoio à Mauricio Macri, chegando até a ameaçar que, caso Alberto Fernández fosse eleito e quisesse impor medidas protecionistas ao Mercosul, o Brasil se retiraria do bloco (BRICEÑO-RUIZ, 2020). Ademais, quando da ascensão de Fernández na Presidência da Argentina, Bolsonaro declarou que não o parabenizaria pela vitória já que acreditava que o povo argentino havia escolhido mal. Por outro lado, Fernández denunciou como ilegal a detenção do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e chegou a ir visitá-lo em Curitiba (GRASSI, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020).

Em 2021, a reunião comemorativa dos 30 anos da criação do Mercosul foi marcada por amplas divergências entre seus membros. Um exemplo dessa situação foi o fato da Argentina ter sido ignorada pelo Brasil ao apresentar a proposta da criação de um observatório de qualidade democrática e outro voltado ao meio ambiente. O Brasil se volta inteiramente à agenda econômico-comercial, propondo a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) e maiores flexibilizações, as quais encontram apoio do Uruguai, sob presidência do conservador Luis Lacalle Pou, que considera o bloco um entrave diante da busca da abertura econômica de seu país e, em certa medida, também do Paraguai, presidido por Mario Abdo Benítez. Essas demandas, entretanto, enfrentam a oposição da Argentina que se encontra praticamente isolada no bloco (MOLINA, 2021).

<sup>8</sup> No caso do Brasil, Vigevani e Cepaluni (2007, p. 326) argumentam que a política externa brasileira a partir dos governos Lula não representou uma ruptura significativa com paradigmas históricos da política externa do país. Contudo, os autores consideram que houve uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas ações e preferências, sendo este período marcado pela busca da “autonomia pela diversificação”.

<sup>9</sup> Nesse período sob os governos Macri, Temer e Cartes, respectivamente.



Já a crise da Unasul eclodiu no início de 2017, também motivada pela polarização política da região, após Venezuela, Bolívia, Suriname e Equador vetarem a indicação do diplomata argentino José Octavio Bordón para assumir o cargo na Secretaria Geral do bloco, levando à paralisação das suas negociações e consequente retirada de vários países da organização (JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020).

Além disso, as divergências entre os países no que diz respeito à crise venezuelana e as hostilidades entre Colômbia e Venezuela tornaram-se impasses de difícil resolução no âmbito da instituição e o diálogo entre os membros ficou gravemente comprometido. Essa situação de imobilismo abriu espaço para a maior atuação de instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a reativação de mecanismos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que tornam a América do Sul novamente dependente de mecanismos externos para a condução de seus assuntos regionais (NEVES; HONÓRIO, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Apesar do discurso oficial que apontava para as debilidades, ideologização e ineficiência do bloco na resolução dos conflitos, o que se observa é o esvaziamento do projeto de integração autônomo como elemento estratégico de fortalecimento conjunto dos países, estruturado pelos governos progressistas na primeira década do século XXI. A partir desse ponto, há a priorização de uma agenda conservadora, voltada exclusivamente aos interesses econômico-comerciais nos processos de cooperação regionais (SANAHUJA; COMINI, 2018; JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Assim como as demais instituições de cooperação e integração regional, a Unasul foi muito afetada com os processos de alternância de governos na região, uma vez que a tomada de decisão nos países da região segue políticas de governo e não políticas de Estado e as instituições regionais enfrentam fragilidades institucionais que favoreceram o cenário atual de desmanche (SOUZA, 2015; BIDARRA; GRASSI; KERR OLIVEIRA, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021). Ainda, Gonçalves e Bragatti (2018) relembram que os acordos bilaterais de defesa de países da Unasul com países externos à região, como Rússia e China, também dificultaram a consolidação do bloco e do seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) ao longo dos últimos anos.

Tal fato se relaciona também com um padrão presente nas relações das potências com a América do Sul: ao dar preferência para acordos bilaterais, as potências visam minar o poder de negociação que o bloco sul-americano possui. Os Estados Unidos, por exemplo, possuem uma estratégia permanente de implementação de acordos bilaterais de livre-comércio (*Free Trade Agreements, FTAs*) com os países sul-americanos, com o objetivo de enfraquecer a integração comercial regional. Ainda, a influência econômica da China na região leva a uma diminuição no intercâmbio e cooperação intrarregionais (ALVAREZ, 2020).

Bilateralmente, os países sul-americanos têm sua capacidade de negociação defasada; em bloco, o peso político e econômico desse conjunto de países é ampliado e, consequentemente, sua capacidade para barganhar também o é. Afinal, “uma região coletivamente engajada tem mais chances de impor seus interesses e projetos frente a ameaças extrarregionais”<sup>10</sup> (NEVES; HONÓRIO, 2019, p. 4, tradução nossa).

Paralelamente ao esvaziamento e atrofiamento institucional do Mercosul e da Unasul, em 2019, o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) foi proposto pelo Chile, com apoio da Colômbia, como um substituto da Unasul. A iniciativa logo foi apoiada por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, sinalizando a efetivação da agenda pró-Estados Unidos para a região. Liderado por países alinhados aos Estados Unidos, o Prosul não possui uma estrutura concreta e não se constitui efetivamente como uma instituição de cooperação e integração, já que não possui um tratado constitutivo, sede ou um processo efetivo de coordenação entre os países (BRICEÑO-RUIZ, 2020; MALAMUD, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Nesse sentido, os últimos anos estiveram marcados pela desintegração formal da Unasul, por um lado, e pela desintegração simbólica do Mercosul, por outro, uma vez que os Estados membros do bloco não estão cumprindo com seu

<sup>10</sup> “A collective-engaged region has more chances to impose its interests and projects when facing extra-regional threats” (NEVES; HONÓRIO, 2019, p.4).

tratado constitutivo. Esse cenário de desintegração trouxe consequências marcantes para os países, especialmente se pensarmos no atual contexto regional, impactado pela pandemia de Covid-19.

O desmantelado da Unasul - a qual dispunha de um Conselho Sul-Americano de Saúde e de um Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)<sup>11</sup> que atuou de forma crucial durante a crise do H1N1 em 2009 - teve como grave consequência a total desarticulação das políticas de enfrentamento à Covid-19. Já o Prosul, conforme mencionado, configura-se como uma iniciativa fragmentada e, sem uma institucionalidade definida, é incapaz de atuar como uma organização de governança regional, não tendo contribuído para propor respostas coordenadas ou mais abrangentes para superar os desafios impostos pela pandemia (BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020; BRICEÑO-RUIZ, 2020).

Desse modo, no âmbito do Prosul, observou-se que as posições relacionadas a Covid-19 foram apenas declaratórias, ou seja, não tiveram nenhum efeito concreto em relação às medidas públicas dos países. Diante disso, apenas foram compartilhadas as experiências individuais e apontadas medidas que poderiam ser tomadas, entre elas estariam a atuação conjunta para a obtenção de vacinas, medicamentos e equipamentos hospitalares, a cooperação entre instituições científicas e acadêmicas dos países e esforços conjuntos para o desenvolvimento próprio de vacinas (BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020).

No âmbito do Mercosul, apesar de no início de 2020 os países membros terem reconhecido a necessidade de atuar conjuntamente para conter a crise, não se avançou concretamente na direção de coordenar as ações dos países, por exemplo, para a compra de vacinas ou criar medidas conjuntas e efetivas de contenção do vírus. Ademais, adicionam-se as consequências nefastas originadas das atitudes negacionistas de países alinhados ao governo Trump, como o caso do Brasil, bem como dos discursos contrários à China, principal parceira comercial da região e importante produtora mundial de vacinas contra a Covid-19. A crise político-institucional brasileira, o negacionismo e sua desastrosa administração da pandemia também dificultaram as conversações no Mercosul (ARAÚJO; NEVES, 2021).

Enquanto isso, organizações como a União Europeia, a União Africana e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) foram capazes de elaborar planos regionais para combater a propagação do vírus e criar medidas para o estímulo do comércio regional e para a retomada do crescimento dos países. Na América do Sul, essas dificuldades no enfrentamento da Covid-19 também tornarão mais lenta a recuperação econômica dos países, deixando-os ainda mais dependentes e vulneráveis diante das pressões e ingerências das grandes potências (BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020).

Assim, partindo de todos os elementos apontados até aqui, entendemos que a retomada de uma profunda interferência estadunidense na América do Sul, como uma resposta, em grande medida, às investidas das potências euroasiáticas na região, é fator importante no processo de desestabilização regional que afetou diretamente os processos de integração sul-americanos. Tal cenário de desestabilização impactou na capacidade dos governos sul-americanos para cooperarem em pontos específicos e urgentes, como no combate à pandemia mundial de Covid-19. Ao se voltarem especialmente para o eixo norte-sul, os governos da região negligenciam a cooperação até mesmo com seus aliados sul-americanos.

Por fim, é provável que o futuro da integração regional sul-americana siga, pelos próximos anos, condicionado às disputas entre as grandes potências na região. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento de instituições como o Mercosul e a Unasul pode ser interpretado como um sinal do início de um novo ciclo do regionalismo sul-americano (NEVES; HONÓRIO, 2019; ALVAREZ, 2020). Todavia, os desdobramentos que esse novo ciclo da integração regional pode trazer para a posição que a região ocupa nas relações internacionais são incertos e levantam muitas questões a serem estudadas nos próximos anos.

---

<sup>11</sup> O último relatório anual do ISAGS (2019) informa que o instituto vinha desenvolvendo atividades na área de Vigilância Sanitária, tendo por objetivo fortalecer as capacidades da região neste setor e buscar respostas assertivas diante de epidemias e outros riscos aos países membros da Unasul na época (BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020).

## Conclusão

Este artigo pretendeu fornecer aportes para auxiliar na compreensão do cenário de desestabilização e atrofiamento dos processos de integração sul-americano, partindo da ótica sistêmica do acirramento das disputas geopolíticas entre Estados Unidos, China e Rússia. Observamos a existência de um “efeito cascata”, em que o acirramento das disputas das grandes potências intensificou a polarização política na América do Sul, a qual, por consequência, tem aprofundado o atrofiamento das instituições regionais de integração.

Partindo dessa perspectiva, observou-se que a atual conjuntura sul-americana se desenhou, em grande medida, devido a um novo padrão de relações entre os novos governos sul-americanos e a potência norte-americana, que busca contrabalancear a atuação russa e chinesa e assegurar sua hegemonia na região. Com a onda neoliberal que tomou forma na região e o retorno, em grande parte dos países, do alinhamento geopolítico com os Estados Unidos, os processos regionais de cooperação e integração construídos ao longo da primeira década do século XXI, caracterizados pelas agendas abrangentes e a busca de uma inserção internacional mais autônoma, foram perdendo relevância dentro da agenda política dos países sul-americanos. Ademais, os países têm priorizado processos cooperativos com o Norte Global, em detrimento dos acordos de Cooperação Sul-Sul, expandidos nos anos anteriores.

Nessa dinâmica, a agenda estadunidense de segurança hemisférica foi resgatada e observou-se a criação de um inimigo interno à região, a Venezuela, fator que tem contribuído para o aprofundamento da polarização regional. Consequentemente, com a depreciação dos processos de integração regional, ocorreu a retomada do apelo aos organismos extrarregionais para a resolução de problemas domésticos e controvérsias regionais – os quais anteriormente costumavam ser discutidos, principalmente, no seio da Unasul.

A partir dessa conjuntura, surge um questionamento acerca da possibilidade de uma Nova ou Segunda Guerra Fria estar em curso, uma vez que alguns pesquisadores têm apontado similaridades entre o contexto contemporâneo de acirramento das disputas geopolíticas entre as três grandes potências, que tem causado o aumento exponencial da instabilidade do sistema, e o período da Guerra Fria no século XX. Nessa perspectiva, o tabuleiro estratégico tem se expandido e incorporado a América Latina e Caribe (MONIZ BANDEIRA, 2013; TEIXEIRA Jr., 2020).

Importa ressaltar que não se deve aderir à dicotomia que aponta a atuação norte-americana de forma vilanizada ao passo que propõe a atuação chinesa ou russa como mais altruísta. Tanto Estados Unidos quanto China e Rússia se beneficiam da desintegração regional ao passo que podem negociar bilateralmente e, assim, impor mais facilmente seus interesses na região – diferentemente do que ocorre em acordos com um bloco, quando os países comumente possuem maior poder de barganha. Acordos comerciais com a China, por exemplo, têm perpetuado a condição da América do Sul como exportadora de bens primários e mantido sua dependência frente às flutuações internacionais de preços e a limitação da sua autonomia relativa (AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020).

Assim, a destruição sistemática da estrutura de governança regional construída nos primeiros anos do século XXI não apenas tem modificado o próprio conteúdo do regionalismo sul-americano, mas também retira a região da posição de um polo de poder autônomo nas relações internacionais, o que aumenta a vulnerabilidade da região em relação a potências externas. Por fim, importa destacar que diante das crises internas e, particularmente, com os diversos problemas que a região vem enfrentando por conta da pandemia de Covid-19, um processo de integração consistente seria essencial para a região construir medidas conjuntas de enfrentamento e recuperação, com a coordenação transnacional que o momento exige.

## Referências

AGUIRRE, Mariano; CHAVEZ, Rebecca Bill; ROBLEDO, Marcos. **América Latina ante las crisis de la globalización y el multilateralismo**. Friedrich Ebert Stiftung, Analisis, jan., 2020.

- ALVAREZ, María Victoria. "Stranger Things": the future of Latin American regionalism. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 11, n. 55, p. 63-73, jul./set. 2020.
- ARAÚJO, Flavia Loss de; NEVES, Bárbara Carvalho. Regionalismo, crise venezuelana e a pandemia do COVID-19: o impacto da fragmentação regional no cenário atual (2013-2020). **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 12 n. 58, p. 19-37, abr./jun., 2021.
- BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; SAMURIO, Sofía Escobar. Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 27, p. 125-144, mai./ago., 2020.
- BBC. Maduro and Guaidó: Who is supporting whom in Venezuela? **BBC News World**, Latin America. 5 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47053701>>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- BIDARRA, Beatriz Soares; GRASSI, Jéssica Maria; KERR OLIVEIRA, Lucas. A crise da Unasul pelas agências internacionais de notícias: a veiculação do colapso da integração regional Sul-americana pela mídia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 207-238, 2020.
- BOERSNER, Adriana; HALUANI, Makram. Moscú mira hacia América Latina: Estado de situación de la alianza ruso-venezolana. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, v. 236, p. 16-26, nov./dez., 2011. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/moscu-mira-hacia-america-latina-estado-de-situacion-de-la-alianza-ruso-venezolana/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BRICEÑO-RUIZ, José. Da crise da pós-hegemonia ao impacto da Covid-19: o impasse do regionalismo latino-americano. **Revista Cadernos de Campo**. Araraquara, n. 29, p. 21-39, jul./dez., 2020.
- CAROTHERS, Thomas. O'DONOHUE, Andrew. **Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2019.
- CARVALHO, Patrícia Nasser de; CIMINI, Fernanda. O regionalismo na América do Sul no início do Século XXI: uma análise de suas inflexões práticas e da produção intelectual brasileira. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 83-102, dez., 2019.
- CHINA. **China's Military Strategy 2015**. The State Council Information Office of the People's Republic of China. May 2015. Disponível em: <<https://jamestown.org/wp-content/uploads/2016/07/China%E2%80%99s-Military-Strategy-2015.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- ESTEBAN, Joan; SCHNEIDER, Gerald. Polarization and Conflict: Theoretical and Empirical Issues. **Journal of Peace Research**, v. 45, n. 2, p. 131-141, 2008.
- FARAH, Douglas; REYES, Liana Eustacia. Russia in Latin America: A Strategic Analysis. **PRISM**. v. 5, n. 4, p. 101-117, 2016.
- FRIEDMAN, George. **A próxima década**. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2012.
- GONÇALVES, Rubén Miranda; BRAGATTI, Milton Carlos. Cooperación en el área de defensa en la UNASUR: un balance del Consejo de Defensa Sudamericano y sus límites. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v. 20, n. 120, p. 46-61, fev./mai., 2018.
- GOZZER, Stefania. Por que a crise na Venezuela interessa tanto países como Rússia, China e Turquia. **BBC News Mundo**. 24 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47312442>>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris, 2015.
- GRASSI, Jéssica Maria. **Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: cooperação nuclear e integração sul-americana no século XXI**. Dissertação de Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil, 2019, 167p.
- GUTIÉRREZ, Hernán; CESARIN, Sergio. China en el Cono Sur: regularidades, impactos y respuestas. In: SORIA, Adrián Bonilla; GARCÍA, Paz Milet. (ed.). **China en América Latina y el Caribe**: Escenarios estratégicos subregionales. 1ª. ed., San José: C. R.: FLACSO, CAF, 2015. p. 127-144.
- HERRERA, Mladen Yopo. República Popular China y el nuevo posicionamiento geoestratégico: América Latina en la mira del dragón. **Política y Estrategia**, n. 130, 2017, p. 189-241.
- JAEGER, Bruna Coelho. Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 5-12, 2019.
- KLIEMAN, Aharon. Introduction. In: KLIEMAN, Aharon (ed.). **Great Powers and Geopolitics: International Affairs in a Rebalancing World**. Switzerland: Springer, 2015. p. 1-10.
- LISSARDY, Geraldo. Crise na Venezuela: Como a estratégia de Trump no país se assemelha à antiga política dos EUA para Cuba. **BBC News Mundo**. Nova York, 22 fev. 2010. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47326658>>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- MALAMUD, Andrés. Entrevista com Andrés Malamud: Desintegração Regional – O fenômeno e seus impactos na América do Sul. Entrevista realizada por Lis Barreto. **Agenda Política**. São Carlos, v. 8, n. 3, p. 344-354, set./dez., 2020.

- MANETTO, Francesco. Na fronteira da Venezuela com a Colômbia, distúrbios violentos e dezenas de deserções chavistas. **El País**. Caracas, 23 fev. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/23/internacional/1550945385\\_758680.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/23/internacional/1550945385_758680.html)>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- MOLINA, Federico Rivas. Celebração de 30 anos do Mercosul vira troca de farpas e pedidos de flexibilização que isolam Argentina. **El País**. Buenos Aires, 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-26/celebracao-de-30-anos-de-mercosul-vira-troca-de-farpas-e-pedidos-de-flexibilizacao-que-isolam-argentina.html>>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- NEVES, Bárbara Carvalho; HONÓRIO, Karen. Latin American Regionalism under the New Right. **E-International Relations**, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/pdf/80118>>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- NOLTE, Detlef. Lo Bueno, Lo Malo, Lo Feo y Lo Necesario: Pasado, Presente y Futuro del Regionalismo Latinoamericano. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 28, n. 1, p. 131-156, 2019.
- OEA. **Resumo Temático das posições dos estados membros apresentadas na Reunião Especial da Comissão de Segurança Hemisférica sobre conceitos de segurança, realizada em 20 e 21 de abril de 1999**. Documento preparado pela Secretaria-Geral, Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. 6 mar. 2000. Disponível em: <<http://www.oas.org/CSH/portuguese/novosdoc%20resumo.asp>>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- OURIQUES, Helton. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Perspectivas**, São Paulo, v. 45, p. 9-40, jan./jun. 2015.
- PORTALES, Carlos. ¿A dónde va el multilateralismo en las Américas? Proyectos superpuestos en un período de cambios globales. In: HERSHBERG, Eric; SERBIN, Andrés; VIGEVANI, Tullo. **Pensamiento Próprio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante**. Buenos Aires: CRIES, n. 19, 2014. p. 35-74.
- PUTTEN, Frans-Paul van der; ROOD, Jan; MEIJNDERS, Minke. **Great Powers and Global Stability: Clingendael Monitor 2016**. Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'. May 2016. Disponível em: <[https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/clingendael\\_monitor2016-great\\_powers\\_and\\_global\\_stability-eng\\_0.pdf](https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/clingendael_monitor2016-great_powers_and_global_stability-eng_0.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- RAPOPORT, Mário. **Política internacional argentina: desde la formación nacional hasta nuestros días**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017.
- RODRIGUES, Bernardo Salgado. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 139-168, 2020.
- ROSSI, Amanda. Crise na Venezuela: o que é o Grupo de Lima, que reúne representantes de 14 países. **BBC News Brasil**, São Paulo, 25 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47339120>>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- RUSSIA. **Military Doctrine of the Russian Federation**. By the President of the Russian Federation, Putin. December 25th, 2014. Disponível em: <<https://rusemb.org.uk/press/2029>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- SABINO, Marco Antonio. ABIAD, Pablo. Crise do Mercosul: Presidência pro tempore da Venezuela. **Desenvolvendo Ideias, Llorente & Cuenca**. Relatório Especial. Buenos Aires-São Paulo, set., 2016.
- SANAHUJA, José Antonio; COMINI, Nicolás. Los gobiernos de la nueva derecha y la estrategia de la silla vacía en UNASUR. **Open Democracy**. 07 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/jos-antonio-sanahuja-nicol-s-comini/los-gobiernos-de-la-nueva-derecha-y-la-estrategia>>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. **Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-americano, da UNASUL**. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, 2015, 171p.
- SVAMPA, Maristella. Posprogresismos, polarización y democracia en Argentina y Brasil. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 282, p. 121-134, 2019.
- TASS. Lavrov notes progress in Russian-Venezuelan energy and military cooperation. **Press service of the Russian Foreign Ministry, TASS**. 24 jun. 2020. Disponível: <<https://tass.com/politics/1171235>>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- TEIXEIRA Jr., Augusto W. M. O Entorno Estratégico Brasileiro na Geopolítica das Grandes Potências: a Crise da Venezuela e seus Impactos para o Brasil. **CEEEX - Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, v. 8, n. 1, p. 7-25, jan./jun., 2020.
- TROITSKIY, Mikhail. The Emerging Great Power Politics and Regionalism: Structuring Effective Regional Conflict Management. **Global Policy**, v. 10, n. 2, p. 14-21, jun., 2019.
- U.S.A. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge**. Defense Department, United States of America, 2018. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

U.S. NEWS & WORLD REPORT. **Power**. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/best-countries/power-rankings>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VACZI, N. **Hybrid Wafare: How to Shape Special Operations Forces**. Master of Military Art and Science, Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College, United States, 2016, 94p.

VALENCIA, Alejandro Millán. ¿En qué se parecen (y en qué no) las protestas de Colombia a las que ocurrieron en Chile? **BBC News Mundo**, 10 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57024834>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 9-25, jan./jun, 2019.

ZOVATTO, Daniel. América Latina: cambios políticos en tiempos volátiles e inciertos. **International Institute for Democracy and Electoral Assistance, IDEA**. 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www.idea.int/es/news-media/news/es/america-latina-cambios-politicos>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

---

*Funções de colaboração exercidas*

Ana Karolína Moraes da Silva:

Conceitualização; Metodologia; Visualização; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Jéssica Maria Grassi:

Metodologia; Visualização; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)